

APRESENTAÇÃO

I - Constituição, maioria e pós-modernidade: uma prospecção em busca de Luis Alberto Warat - Alexandre Luiz Bernardi Rossi

1. Introdução ..	20
2. Recuperação das Idéias ..	25
3. A Construção Brasileira, a Pós-Modernidade e o Fim de um Sonho ..	27
4. Nossa Maioria Constitucional ou como as Coisas Podem Não Dar Certo ..	30
5. Conclusão ..	32
6. Referências Bibliográficas ..	33

II - La Justicia Criminal en Brasil: los Tribunales Especiales - Alexandre Moraes da Rosa

1. Introducción ..	35
2. En la Balada del "Manifiesto Contra Los Tribunales Especiales Criminales" (MirandaCoutinho) ..	36
3. La Eficiéncia de la Exclusión: El Modelo Neoliberal de la Justicia Criminal ..	40
4. Más de lo Miesmo ..	42
5. Para terminar: " Garantismo para ellos" ..	44

III - O conceito de família e de entidade familiar conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: as novas tendências familiares diante da realidade fática - Diego Richard Ronconi

Resumo	47
1. Introdução	48
2. Família: Um Breve Apanhado Histórico	48
3. A família no Direito Brasileiro, a Partir do Código Civil de 1916	52
4. Conceito de Família e de Entidade Familiar	53
5. A Evolução do Conceito de Família e Entidade Familiar a Partir da Constituição Federal de 1988	56
6. Conclusão	63
7. Referências Bibliográficas	64

IV - A súmula impeditiva de recursos criada pelo art. 518, § 1º do CPC - Djanira Radamés de Sá

1. Introdução	65
2. Análise da Constitucionalidade do dispositivo legal	68
3. Análise do Conteúdo Normativo	69
4. Conclusão	72

V - Princípios processuais penais garantistas e a Constituição de 1988 - Edihermes Marques Coelho

Resumo	73
Introdução	73
2. Princípios Processuais Penais Garantistas	78
2.1. Pressupostos Gerais	78
2.2 Princípio da Necessidade	81
2.3 Princípio da Presunção de Inocência	82
2.4 Princípio Acusatório	83
2.4.1 Obrigatoriedade da Ação Penal	84
2.4.2 Imparcialidade Judicial	85

2.5 Ônus da Prova e Direito de Defesa	86
3. Principiologia do Direito Processual Penal	87
3.1 Princípios da Igualdade	87
3.2 Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa	88
3.3 Princípios do Estado de Inocência	89
3.4 Princípios da Legalidade e do devido Processo Legal	89
3.5 Princípio da Publicidade	90
3.6 Princípio da Persuasão Racional ou Motivação das Decisões ...	90
3.7 Subprincípios Processuais Penais	91
3.7.1 Verdade Real	91
3.7.2 Iniciativa das Partes e Obrigatoriedade	91
3.7.3 Juiz Natural	92
3.7.4 Não Existência de Obrigação de Produzir Prova Contra si Mesmo	92
3.7.5 Outros Princípios	92
4. O Pensamento Garantista e a Efetividade da Constituição de 1988	92
5. Referências Bibliográficas	98

VI - Variações sobre a Constitucionalização da questão agrária no Brasil pós 88 - Elisabete Maniglia

Resumo	101
1. Introdução	102
2. Desenvolvimento	105
3. Conclusões	127
4. Referencias Bibliográficas	128

VII - A segurança das relações jurídicas instrumentalizadas através do contrato -Francisco Ricardo Sales Costa

1. Introdução	131
2. Breve Notícia Sobre a Evolução do Contrato	134
3. A Estrutura do Contrato Posta a Serviço do Estado Liberal	136
3.1 A Segurança Jurídica Como Valor Principal do Contrato	137

3.2 A Crise de Identidade do Contrato	138
4. A Relevância do Contrato para A Sociedade planejada Pela Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988	142
4.1 A Força Normativa da Constituição nas Relações Privadas ...	144
5. O Contrato em Perspectiva Solidarista	149
5.1 A Revisão Judicial do Contrato - segurança jurídica e Justiça Social ..	152
6. Conclusão	154
7. Referências Bibliográficas	155

VIII - A garantia da razoável duração do processo e seus reflexos para o direito processual civil brasileiro - Gil Ferreira de Mesquita

Resumo	159
1. Notas Introdutórias – Sobre o Acesso à Justiça	160
2. A Efetividade do Processo Civil e seus Problemas – A Realidade Brasileira	165
3. A Reforma do Poder Judiciário pela EC/45	170
4. A Duração Razoável do Processo	172
4.1 O Direito á Duração Razoável do Processo no Ordenamento Brasileiro ...	175
5. Duas Questões Fundamentais	179
5.1 Definição de "Duração Razoável"	179
5.2 Responsabilidade civil do Estado	181
6. Alcance da Garantia: Medidas Necessárias	185
6.1 Mudança de Mentalidade	186
6.2 Utilização Racional das Pesquisas e Estatísticas	188
6.3 Adoção de Estratégia Administrativas	190
6.4 Uso da Tecnologia para a Prática de Atos Processuais	193
7. Considerações Finais	195
8. Referências Bibliográficas	197

IX - Adoção sob a ótica constitucional - Gustavo René Nicolau

1. Da Convivência entre o Eca e o código Civil de 2002	201
2. Idade Mínima	202

3. Quem pode Adotar	203
3.1 A Adoção Pelo Par Homoafetivo	204
4. Irrevogabilidade da Adoção	207
5. Consentimento dos Pais e do Adotando	208
6. Dos Efeitos da Adoção	210
7. Interesse do Adotando	211
8. Referências Bibliográficas	212

X - A Constituição Federal e a ruptura menorista - Jadir Cirqueira de Souza

Resumo	215
1. Introdução	216
2. Aspectos Históricos do Sistema	218
3. O Estatuto da Criança e do Adolescente	223
4. Rede Municipal de Proteção Integral dos Novos Direitos Constitucionais e Estatutários	226
5. Conclusão	231
6. Referências Bibliográficas	232

XI - A evolução da disciplina jurídica do meio ambiente e das águas doces no Brasil - João Alberto Alves Amorim

1. Histórico da Formação da Proteção Jurídica do Meio Ambiente e das Águas Doces	235
2. A Constituição de 1988, a Proteção Constitucional do Meio Ambiente e os Comandos Constitucionais Relacionados às Águas Doces	250
3. A Política Nacional de Recursos Hídricos e seus Instrumentos	260
4. Conclusão	275
5. Referências Bibliográficas	278

XII - Os tratados internacionais de direitos humanos no âmbito da Emenda Constitucional nº 45/2004 - José Carlos Evangelista de Araújo e Lucas de Souza Lehfeld

1. O direito Internacional e sua Hodierna relevância.	281
2. Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno: Teoria Dualista e Monista	284

3. A Teoria Adotada pelo Brasil e o Posicionamento do Supremo Tribunal Federal	290
4. A Ordem Jurídica Brasileira e os Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos Antes da Emenda Constitucional nº 45/2004	293
4.1 Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos e a Doutrina ..	295
4.1.1 Posição de Flávia Piovesan e Antônio Augusto C. Trindade ...	295
4.1.2 Posição de Agustín Gordillo	298
4.1.3 Posição do Ministro Sepúlveda Pertence	299
4.2 Supremo Tribunal Federal	299
5. Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos no âmbito da Emenda Constitucional nº 45/2004	300
5.1 A Constitucionalização dos Tratados de Direitos Humanos Anteriores da EC nº 45/2004	300
5.2 A EC nº 45/2004 Limitada a atuação Brasileira o Âmbito da Formulação de u Direito Internacional dos Direitos Humanos?	301
5.3 A Fundamentalidade dos Tratados de Direitos Humanos Diante do Mecanismo da "Denúncia"	306
5.4 Seria o § 3º do Art. 5º da CF/88, Introduzindo pela ECº 45/2004, Inconstitucional?	308
6. Referências Bibliográficas	313

XIII - As ações coletivas e a responsabilidade civil por danos processuais - Luiz Manoel Gomes Júnior

1. Observações Iniciais	315
2. A Responsabilidade Civil e as Ações Coletivas	319
2.1 Culpa	321
2.2 Responsabilidade Objetiva	323
3. O Art. 811 do Código de Processo Civil	327
4. O Art. 927, § Único, do Novo Código Civil	330
5. A Nossa Posição Quanto ao Tema	332
6. Honorários Advocatícios	338
7. Conclusão	341
8. Referências Bibliográficas	342

XIV - A concretização do devido processo legal pelo Supremo Tribunal Federal - Mário Lúcio Quintão Soares e Lucas Abreu Barroso

Resumo	347
1. Método Hermenêutico-concretizador	348
2. A Concepção dos Direitos Fundamentais e a Imagem do Estado Democrático de Direito	350
3. Os Direitos Fundamentais Constitucionalmente Garantidos como Fundamento de Legitimidade do Estado Democrático de Direito	352
4. Os Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade	354
5. A Concretização do Devido Processo Legal pelo Supremo Tribunal Federal	356
5.1 Devido Processo Adjetivo	358
5.2 Devido Processo Substantivo	360
6. Referências Bibliográficas	362

XV - Desenvolvimento da Constitucionalização do direito penal no ordenamento jurídico brasileiro -Nivaldo dos Santos e Márcia Silveira Borges de Carvalho

Resumo	365
1. Introdução	365
2. Material e Métodos	368
3. Resultados	369
4. Evolução Constitucional do Direito Penal nas Constituições Brasileiras	370
5. Direito Constitucional Penal e Direito Penal e Direito Penal Constitucional	375
6. Os Direitos do Presidiário na Constituição de 1988	376
6.1 Constituição como Sistema de Valores, Princípios e Regras	376
6.2 O Valor Fundamental da Dignidade da Pessoa Humana	379
6.3 Princípios Constitucionais Penais	380
6.3.1 Princípios da Humanidade	381
6.3.2 Princípio da Retroatividade da Lei Penal mais Benéfica	382
6.3.3 Princípio da Responsabilidade Pessoal	383

6.3.4 Princípio do Acesso á justiça	384
6.3.5 Princípio da Vedação da Penas de morte, de Caráter Perpétuo, de Trabalhos Forçados, de Banimento e Cruéis	386
7. Direitos Constitucionais dos Presidiários	387
7.1 Direito à Integridade Física e Moral	387
7.2 Direito à Assistência Religiosa	388
7.3 Direito de Petição	388
7.4 Direito à Assessoria Jurídica Integral e Gratuita	389
7.5 Direito ao Aleitamento Materno	390
7.6 Direito à indenização por Erro Judiciário ou por Prisão Ale dos Limites estabelecidos na Pena	391
7.7 Habeas Corpus	392
7.8 Mandado de Segurança	392
8. Discussão / Conclusões	393
9. Referências Bibliográficas	394

XVI - Constituição e interesse nacional: Uma reflexão sobre as relações internacionais e seus impactos no constitucionalismo brasileiro - Pietro de Jesús Lora Alarcón

1. Introdução	397
2. Sociedade Nacional do Estado	399
2.1 Da Teologia à Axiologia na Construção da Ordem Jurídica ..	399
2.2 Da Sociedade Nacional ao Estado Nacional	405
3. O Interesse Nacional Brasileiro	408
3.1 Conceito de Interesse Nacional	408
3.2 Os Elementos que Conformam o Interesse Nacional Brasileiro ...	414
4. O interesse Nacional Brasileiro na Constituição Federal de 1988	417
4.1 A Constituição	417
4.2 O Interesse Nacional Brasileiro na Constituição	422
4.2.1 O Desenvolvimento	422
4.3 A Independência, a Paz e a Estabilidade no entorno	428
4.4 A Democracia e o Respeito à Diversidade Cultural	434
5. Conclusão	436
6. Referências Bibliográficas	437

XVII - Reflexões ideológicas, sociológicas e jurídicas sobre a corrupção - Rogério Zeidan

Resumo	439
1. Reflexões Político-ideológicas sobre a Corrupção	440
2. Direitos Fundamentais e Corrupção	443
3. O Sistema Constitucional e Administrativo de Controle dos Poderes	444
4. Dos Tratados e Convenções Internacionais sobre a Corrupção	451
5. Considerações Finais	452
6. Referências Bibliográficas	452

XVIII - A Constituição da República como referência hermenêutica em matéria contratual: aproximações entre o Código de Defesa do Consumidor e o atual Código Civil - Rogério Zuel Gomes

Resumo	455
1. Breve Intróito	456
2. A Ideologia Individualista e a sua Influência no Código civil de 1916.	458
3. A teoria Contratual clássica: o Código Napoleão (1804) e o código Civil Alemão – BGB(1900).	460
3.1 Os Princípios Diretores da Teoria Contratual Clássica.	461
4. Alterações Socioeconômicas Ocorridas no Século XX – Fordismo e Pós-Fordismo	463
4.1 A Pós-Modernidade	464
4.2 Após-Modernidade e os Contratos	465
5. O Direito Contratual a Partir do CDC e do CC/2002	469
5.1 A Boa-fé Objetiva	471
5.2 Equilíbrio na relação Contratual – Possibilidade de Revisão de Conteúdo em casos de Onerosidade Excessiva	474
5.3 O Princípio da Relatividade do Contrato – Mitigação Necessária	477
5.4 A função Social do Contrato	481
6. A teoria Contratual: Construir Reconstruir.	484
7. Referências Bibliográficas	487

XIX - Análise dos institutos da decadência e da prescrição em matéria tributária à luz da Constituição Federal de 1988 - Volney Zamenhof de Oliveira Silva

1. Introdução	493
2. O Sistema Constitucional Tributário como Norteador da Tarefa Interpretativa	494
3. Da interpretação da Letras "A" "E" "B no Inciso III do Artigo 146 da Constituição Federal	498
4. Conclusão	504
5. Bibliografia Consultada	505

XX - Coisa julgada, litisconsórcio necessário e garantia fundamental do contraditório -Willis Santiago Guerra Filho